



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201940600164	Distribuição: 08/02/2019
Número Único: 0007968-47.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor - Indenização por Dano Material
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: JOAO BOSCO CARDEAL  
Endereço: Rua B 23  
Complemento: Conjunto Valadares  
Bairro: SANTA MARIA  
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49043400  
Advogado(a): VANESSA MATOS SILVA CABRAL 4989/SE  
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DPVAT  
Endereço: RUA SENADOR DANTAS  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: CENTRO  
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940600164

**DATA:**

08/02/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940600164, referente ao protocolo nº 20190208143503434, do dia 08/02/2019, às 14h35min, denominado Procedimento Comum, de Indenização por Dano Material, Assistência Judiciária Gratuita, Seguro, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO \_\_\_\_ VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU - SE.**

**“LEMBRAI-VOS”**  
*“O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. - Art. 133 da Constituição Federal.”*

**JOÃO BOSCO CARDEAL**, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 3.422.560-9 SSP/SE e do CPF nº 391.613.664-04, residente e domiciliado na Rua B 23, nº 40, Conjunto Valadares, Bairro Santa Maria, CEP 49.044-080, na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, vem, com o devido respeito e acatamento à presença de V. Exª., por intermédio de seus advogados infra-assinados, conforme instrumento procuratório em anexo (doc. 01), com endereço profissional na Av. Pedro Calazans, nº 915, Bairro Centro, CEP. 49.010-280, na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, onde receberá intimações e notificações, requerer a presente

#### **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, inscrito no CNPJ nº , Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP 20.031-205, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, pelos fundamentos de fato e direito a seguir em síntese expostos:



### **DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA**

Inicialmente, requer a Vossa Excelência que sejam deferidos os benefícios da Assistência Judiciária, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem comprometer o seu orçamento familiar.

Conforme inteligência do parágrafo único, do artigo 2º da Lei n.º 1.060/50, temos a definição legal da pessoa desprovida de meios financeiros, ao estabelecer que:

*Art. 2º. (...) Parágrafo Único. Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.*

Sendo assim, segundo dispõe o artigo 4º, da Lei n.º 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 7.510/86, a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

**Pelo exposto, com base na garantia jurídica que a lei oferece, requer o Autor, a concessão do benefício da justiça gratuita, em todos os seus termos, a fim que sejam isentos de qualquer ônus decorrente do presente feito.**

### **DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Os Requerentes conforme determina o artigo 319, inciso VII, do CPC tem interesse em **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**.



## **1 – DOS FATOS**

No dia 03/08/2018 por volta das 14:00, o Requerente estava conduzindo sua motocicleta Bashan Jonny Hype 50, placa QKV 3747 quando foi atingido pelo veículo Baú, placa HZS 8006.

O Autor foi atendido pelo SAMU e levado diretamente para o Hospital Nestor Piva, sendo submetido à cirurgia no Hospital São José.

O Autor teve fraturas na perna direita e no tornozelo direito.

A sua invalidez é permanente, tendo em vista que em virtude do acidente o Autor encontra-se com sequelas.

O Requerente está invalido permanentemente.

**OS DANOS SÃO INEGÁVEIS, POIS, A INVALIDEZ DO REQUERENTE É PERMANENTE, CONFORME RELATÓRIOS E EXAMES MÉDICOS EM ANEXO.**

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira às vítimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Requer danos materiais.

## **2 – DOS ALICERCES**

### **2.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

No Tocante à legitimidade passiva para a Causa é uníssono o entendimento de que qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Nacional do Convênio DPVAT, responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório.

Veja a Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça:



RESP: nº 401418 – MG RE: 2001.094323-0  
DJ: 10/06/2002 PAG. 220 MINISTRO RUY ROSADO AGUIAR

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável. E satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.

### **3 – DO INTERESSE DE AGIR**

A Constituição federal assegura:

“A Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. (CF, art. 5º, XXXV)

Portanto, o Requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal.

Pois, suscitar a falta de INTERESSE DE AGIR, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal, vejamos a Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

Nº: 121621999, RELATOR: JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO. DATA DA PUBLICAÇÃO: 14/06/02. ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA CÍVEL. PROCESSO: APELAÇÃO CÍVEL. “EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. INTERESSE PROCESSUAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. LEGALIDADE DA PRETENSÃO. FIXAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. O Beneficiário do Seguro Obrigatório DPVAT tem interesse processual para a ação de cobrança direta contra a seguradora, independente de prévio requerimento do benefício pela via administrativa. A interpretação dada a lei pelo réu, em defesa do seu direito, não configura hipótese ensejadora da litigância de má-fé. A indenização por acidente de veículo, pleiteada com base na cobertura do seguro obrigatório DPVAT é devida, independentemente da circunstância de haver sido pago ou não o prêmio a ele correspondente, a teor da orientação sumulada o STJ, cabendo ao requerente, apenas o ônus de provar a existência do sinistro e a sua condição de beneficiário. Recurso improvido por unanimidade”.



Importante salientar que as seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT, dificultam o pagamento por via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam ao máximo o valor da indenização devida. Inclusive por várias vezes a Requerida foi procurada para que este problema fosse solucionado administrativamente, sendo colocados vários impecílios. A própria lei afirma expressamente que a indenização será paga em cheque nominal (artigo 5º, §1º da lei 6.194/74) ou alternativamente através de depósito em conta corrente ou poupança, caso os beneficiários tenha conta em banco (artigo 5º, §6º da lei 6.194/74), no prazo de 30 dias da entrega da documentação.

#### **4 – DA PREVISÃO LEGAL**

**De acordo com o artigo 3º da lei 6.194/74, diz**  
**que:**

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

b) Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente;

[...]”

É aplicada a Lei 6.194/74 sem as alterações trazidas pela MP 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007 e pela MP 451/2008, convertida na 11.945/2009, já que o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe já se posicionou com relação à inconstitucionalidade das respectivas leis, razão pela qual citarei apenas os precedentes abaixo transcritos:

**DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DAS LEIS 11.482/2007 E 11.945/2009, COM EFEITOS RETROATIVOS ÀS MP'S 340/2006 E 451/2008, RESPECTIVAMENTE, PORQUE ORIUNDAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS SEM OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA, OFENDENDO AO ART. 62, CF. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL, POIS AS LEIS FEREM**





DIREITOS SOCIAIS NA MEDIDA EM QUE ESTABELECEM VALOR FIXO DE INDENIZAÇÃO E NÃO PREVÊEM SEU REAJUSTE, BEM COMO INCLUEM TABELA DE GRADAÇÃO DE NÍVEIS DE INVALIDEZ, RAZÃO PELA QUAL DEVE SER APLICADA A LEI 6.194/74 COM O TEXTO ANTERIOR. QUITAÇÃO – A QUITAÇÃO DIZ RESPEITO SOMENTE AO VALOR RECEBIDO NÃO IMPEDE PROPOSITURA DE AÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO. QUANDO JÁ HOUVE PAGAMENTO PARCIAL POR PARTE DA SEGURADORA ESTA REALIZA FATO INEQUÍVOCO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO, EXISTINDO APENAS A CONTROVÉRSIA A RESPEITO DO VALOR A SER PAGO. INAPLICABILIDADE DO VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO PELO CNSP. INAPLICABILIDADE DA LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, LEI 1.060/50. SOLUÇÃO DE CONFLITO DE LEIS NO TEMPO DADA PELA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL. RECURSO DA SEGURADORA CONHECIDO E IMPROVIDO. RECURSO DO SEGURADO CONHECIDO E PROVIDO. (Recurso Inominado 201100800096, DJe:31/08/2011)

dpvat. complementação de indenização. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. INTERESSE DE AGIR - A QUITAÇÃO DIZ RESPEITO SOMENTE AO VALOR RECEBIDO. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. LAUDO DO IML É PRESCINDÍVEL QUANDO HÁ OUTROS ELEMENTOS QUE CONFIRMAM A INVALIDEZ. POSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO - CONSTITUCIONALIDADE (Precedentes do STF - RE 298211/MA - Rel. Min. Eros Grau - j. Em 02.02.2005). INCIDENCIA DA CORREÇÃO MONETARIA A PARTIR DO PAGAMENTO PARCIAL E JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. CONDENAÇÃO AO COMPLEMENTO DA INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$ 13.065,00. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (Recurso Inominado 201100900988, DJe:25/07/2011)

DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DAS LEIS 11.482/2007 E 11.945/2009, COM EFEITOS RETROATIVOS ÀS MP'S 340/2006 E 451/2008, RESPECTIVAMENTE, PORQUE ORIUNDAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS SEM OS REQUISITOS



AUTORIZADORES DA MEDIDA, OFENDENDO AO ART. 62, CF. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL, POIS AS LEIS FEREM DIREITOS SOCIAIS NA MEDIDA EM QUE ESTABELECEM VALOR FIXO DE INDENIZAÇÃO E NÃO PREVÊEM SEU REAJUSTE, BEM COMO INCLUEM TABELA DE GRADAÇÃO DE NÍVEIS DE INVALIDEZ, RAZÃO PELA QUAL DEVE SER APLICADA A LEI 6.194/74 COM O TEXTO ANTERIOR. QUANDO JÁ HOUVE PAGAMENTO PARCIAL POR PARTE DA SEGURADORA ESTA REALIZA FATO INEQUÍVOCO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO, EXISTINDO APENAS A CONTROVÉRSIA A RESPEITO DO VALOR A SER PAGO. NÃO HÁ NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL QUANDO EXISTE O RECONHECIMENTO DA INVALIDEZ PELA SEGURADORA. CÁLCULO DA COMPLEMENTAÇÃO DEVE CONSIDERAR O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO PAGAMENTO PARCIAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (Recurso Inominado 201100901137, DJe:31/08/2011)

#### **5 – DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

1. Dispensada a Requerida de citação e, desde já, proferida sentença, reproduzindo-se seus efeitos legais, com alicerce no artigo 285-A do Código de Processo Civil;
2. Caso não seja aplicado o disposto no artigo 285-A do CPC, seja citado a Requerida para que compareça à audiência a ser designada a fim de oferecer sua defesa, sob pena de revelia e de serem tidos como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial;
3. Seja julgado **PROCEDENTE** o presente pedido, com a consequente condenação da Requerida a pagar a importância de **R\$ 38.160,00** (trinta e oito mil cento e sessenta reais), relativa ao seguro DPVAT pela invalidez permanente do Requerente, com a devida correção monetária e juros de mora, desde a data da citação;



4. A condenação da Requerida às custas processuais e honorários advocatícios na base usual de 20% sobre o valor da causa.

Requer, igualmente, a produção de todos os meios de prova em Direito admitidos, em especial o depoimento pessoal do representante legal da Requerida, sob pena de confissão, provas documentais, e oitiva de testemunhas, que serão arroladas oportunamente.

Alternativamente, se assim Vossa Excelência entender cabível, requer-se o julgamento antecipado da lide, de acordo com o art. 330 do CPC, por tratar-se de matéria de direito.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 38.160,00** (trinta e oito mil cento e sessenta reais).

Nestes termos  
Pede Deferimento.  
Aracaju, 02 de fevereiro de 2019

*Vanessa Matos Silva Cabral*  
**DRª. VANESSA MATOS SILVA CABRAL**

**OAB-SE nº 4.989**

**Advogada**

## PROCURAÇÃO PARTICULAR E CONTRATO DE HONORÁRIOS

### OUTORGANTE(S):

**JOÃO BOSCO CARDEAL**, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 3.422.560-9 SSP/SE e do CPF nº 391.613.664-04, residente e domiciliado na Rua B 23, nº 40, Conjunto Valadares, Bairro Santa Maria, CEP 49.044-080, na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe.

### OUTORGADOS(S):

**Drª. VANESSA MATOS SILVA CABRAL**, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB-SE sob nº 4.989, e **Dr. JORGE AURÉLIO SILVA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB-SE sob nº 767, ambos com Escritório na Av. Pedro Calazans, nº 915 – Centro, na Cidade de Aracaju – SE, e-mail: [jaurelio@jorgeaurelio.adv.br](mailto:jaurelio@jorgeaurelio.adv.br).

### PODERES CONFERIDOS:

**PODERES:** Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicia et extra*, para o foro em geral, e especialmente para praticar todos os atos necessários a sua defesa, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reservas de poderes e praticar, ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato, ainda com o fim especial de ajuizar um **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS EM FACE DA SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga aos advogados acima descritos os poderes para **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, fazer levantamento de Alvará(s) Judiciais junto ao BANCO DO BRASIL S/A, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou qualquer outra instituição Financeira, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC/15)**. Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos.

### DOS HONORÁRIOS

**1)** Obriga-se, por sua parte, o(a) Constituinte a pagar aos advogados constituídos, como remuneração pré-estabelecida dos serviços especificados na neste instrumento procuratório, honorários de **30% (trinta por cento)** sobre o valor bruto da condenação ou sobre o valor do acordo porventura pactuado, incidindo o referido percentual sobre todas as verbas recebidas decorrentes do processo, inclusive os depósitos do FGTS, sendo acrescido de **mais 5%** caso haja Recurso para o TRT ou o TST. **2)** Ficam os Advogados autorizados a fazer a retenção dos honorários contratados no momento em que receber o valor da condenação ou do acordo porventura pactuado, bem como o Constituinte autoriza a(ao) Juiz(a) Competente **deduzir** do montante da condenação os 20% (vinte por cento) dos honorários estipulados na cláusula 2 e efetuar o pagamento aos advogados ou a um dos advogados. Fica estabelecido, ainda que, os honorários de sucumbência pertencerão ao(s) Advogado(s) na conformidade do que dispõe o art. 22 da Lei nº 8.906/94 e o art. 35, §1º do Código de Ética e Disciplina da OAB. **3)** Obriga-se ainda, o Constituinte a fornecer numerários para as custas e despesas necessárias ao bom andamento da ação e bem assim, todos os documentos e informações solicitadas por escrito ou verbalmente, o que de sua inadimplência, não poderá invocar prejuízos que resultar ao seu direito. **5)** Em caso de revogação do mandato conferido ou composição amigável, feita por qualquer das partes litigantes, ou impontualidade, ou desistência da ação ou ainda na revogação do mandato, desistência referida, e qualquer outra infração ao presente contrato, reputar-se-á este vencido e exigível imediatamente o total dos honorários da cláusula 2, acrescidos de multa de **01 (um) salário mínimo vigente da época**, cobrados em Execução, na forma do art. 771 e seguintes do C.P.C. vigente e o art. 24 e seus §§ da Lei nº 8.906/94.

Aracaju, 30 de janeiro de 2019

Assinatura:

*João Bosco Cardal*

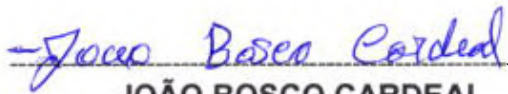
TESTEMUNHAS:

*Rui da Silva*  
*Jonilson Gomes*

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA**

Eu, **JOÃO BOSCO CARDEAL**, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 3.422.560-9 SSP/SE e do CPF nº 391.613.664-04, residente e domiciliado na Rua B 23, nº 40, Conjunto Valadares, Bairro Santa Maria, CEP 49.044-080, na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, **DECLARO** não possuir condições financeiras para arcar com as despesas e custas decorrentes de processos judiciais sem o prejuízo de meu sustento próprio e de minha família, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil, artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal/1988 e da Lei nº 1.060/50. Firmo a presente como expressão fiel da realidade.

Aracaju, 30 de janeiro de 2019

  
\_\_\_\_\_  
JOÃO BOSCO CARDEAL



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.422.560-9 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 28/04/2017

NOME  
JOAO BOSCO CARDEAL

FILIAÇÃO  
MARIA VICENCIA DA SILVA  
MANDEL CARDEAL SOBRINHO

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO  
PAO DE ACUCAR-AL 11/06/1961

DOC ORIGEM ORS - DIVORCIADO

CT. CASAMENTO NR 580 LV B02AUX FL 91

ENRT.DIST.COM.PAO DE ACUCAR-AL

391.613.664-04

PIS 10813510624

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 20/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

JOAO BOSCO CARDEAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA

COORDENADORIA GERAL DE PERICIAS

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO DR CARLOS MENDES

PALESTRAS

ALUGA

p. 15



## TRABALHADOR

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações, contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

### CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

108.13510.62-4

NÚMERO

1696878

SÉRIE

002-0

UF

SE

*Deo Bosen Cordeiro*

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO





12		CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	TURMALINA EMPREENDIMENTOS LTDA.		
C/O	Av. Ivo do Prado, 352-U		
CEP	Centro - CEP 49010-050		
MUNICÍPIO	ARACAJU - SE		
ESP. DO ESTABELECIMENTO	UF		
CARGO	CARGO		
DATA DE ADMISSÃO	10	DE	JULHO
REGISTRO Nº	023862	RS / FICHA	DE 2014
REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA	R\$ 1.113,42 MIL C/100		
COM. CONTRA	G. TAREFA E QUANTIDADE DE TRABALHO		
DATA DE SAÍDA	11	DE	DEZEMBRO
COM. CONTRA	Turmalina Empreendimentos Ltda		
RGIS Nº DA CONTRA	Wagner Roberto V. Nascimento		
RGIS Nº DA CONTRA	Anacleto J. Am. Pessoa		
RGIS Nº DA CONTRA	+ ULTE PAG. 53		

31		CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	TURMALINA EMPREENDIMENTOS LTDA.		
C/O	Av. Ivo do Prado, 352-U		
CEP	Centro - CEP 49010-050		
MUNICÍPIO	ARACAJU - SE		
ESP. DO ESTABELECIMENTO	UF		
CARGO	CARGO		
DATA DE ADMISSÃO	01	DE	DEZEMBRO
REGISTRO Nº	023862	RS / FICHA	DE 2014
REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA	R\$ 1.113,42 MIL C/100		
COM. CONTRA	G. TAREFA E QUANTIDADE DE TRABALHO		
DATA DE SAÍDA	02	DE	DEZEMBRO
COM. CONTRA	Turmalina Empreendimentos Ltda		
RGIS Nº DA CONTRA	Wagner Roberto V. Nascimento		
RGIS Nº DA CONTRA	Anacleto J. Am. Pessoa		
RGIS Nº DA CONTRA	+ ULTE PAG. 53		

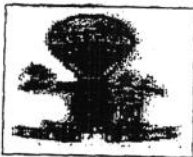


INSTITUTO MÉDICO LEGAL  
**LAUDO PERICIAL**  
**Lesões Corporais**

**JOÃO BOSCO CARDEAL**

**LAUDO Nº 10399/2018**

22 01 19  
Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida  
Escriturário de Polícia Judiciária



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS  
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"

**LAUDO DO EXAME DE LESÕES CORPORAIS**

sexta-feira, 28 de dezembro de 2018

Nº Laudo  
10399/2018

**Dados Da Vítima**

Nome da Vítima	JOAO BOSCO CARDEAL	Nascimento	11/06/1961	Idade	57	Naturalidade	PÃO DE AÇUCAR
Estado Civil	CASADO	Sexo	MASCULINO	Cor	PARDA	Profissão	PEDREIRO
Instrução	2º Grau InCompleto	Nome da Mãe	MARIA VICENCIA DA SILVA	Nome do Pai	MANOEL CARDEAL SOBRINHO	UF	AL
Endereço	RUA "B"23 Nº 40 CJ.VALADARES	Bairro	SANTA MARIA	Município	ARACAJU/SE.		
Nome da Autoridade	VIVIANE C. PESSOA	Função	VIVIANE C. PESSOA	Unidade	DEDT		
1º Perito Relator	DR. JACSON LEAL DA COSTA	Cremese/Crose	5541	2º Perito Relator			
Local da Perícia	Sala do IML	Tipo		Causa			
							Cremese/Crose AMDO-LAUDO Nº10399/2018

**Historico/Descrição**

**Historico**

Relata o periciado que foi vítima de acidente de trânsito colisão (moto x automóvel) fato ocorrido às 14h30 do dia 03/08/2018 nesta cidade.

**Descrição**

Apresenta-se com relatório médico datado do dia 18/11/2018 por Dr. Carlos M. S. Rabelo CRM 4769 onde relata que periciado sofreu fratura de tíbia direita (S82.2) em agosto/2018. Operado no Hospital São José com síntese por placas e parafusos.

Evoluiu bem: ao Raio X com inicio de consolidação.

Ao exame observamos ferimento cirúrgico cicatrizado em região de perna direita de aproximadamente 22,0 cm. Edema residual em tornozelo esquerdo.

**Comentário Médico/Conclusão/Quesitos Respostas**

**Comentário Médico - Forense**

Existe compatibilidade entre os achados e a ação contundente. As lesões não resultaram em perigo de vida e se fez necessário afastá-lo de suas ocupações habituais por período superior a 30 dias.

**Conclusão**

- 1) Houve ofensa à integridade física da vítima.
- 2) Lesões produzidas por ação contundente.
- 3) Exame realizado às 08h20 do dia 28/12/2018.

22/01/19

Dr. Jacson Leal da Costa

**Quesitos/Respostas:**

1º) Houve ofensa a integridade ou a saúde do paciente?

Sim.

2º) Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?

Contundente.

3º) A ofensa foi produzida com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel, ou que podia resultar perigo comum?

Não.

4º) Da ofensa resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta (30) dias?

Sim.

5º) Da ofensa resultou perigo de vida?

Não.

6º) Da ofensa resultou incapacidade incurável perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permante?

Não.

Este documento foi expedido via eletrônica (expresso), nos termos da legislação vigente. Confere com o original em arquivo digital, disponível no banco de dados do Instituto Medico Legal. Deverá conter o carimbo da unidade policial responsável pela impressão.

DR. JACSON LEAL DA COSTA

5541

Jacson Leal da Costa  
Médico Legista  
CRM-SE 5541

AMDO-LAUDO Nº10399/2018

ESTE CONFERIR COM O ORIGINAL

22.01.19

Carlos Rodrigues de Almeida  
Escritório de Polícia Judiciária



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO  
DIRETORIA DE TRÂNSITO

### ATESTADO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA


Nº 484

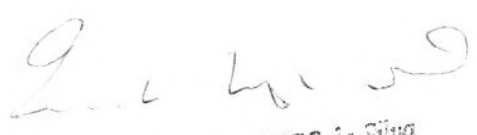
Aracaju/SE,

16 de outubro de 2018

Atestamos para os devidos fins, que a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT, recebeu através de sua Central de Inteligência de Transportes e Trânsito - CITT, informação sobre um(a) **ABALROAMENTO LONGITUDINAL**, ocorrido no dia 03 de agosto de 2018, às 13h58, na Rua Estância, cruzamento com a Rua Arauá, envolvendo os veículos **V1** de placa **HZS-8006** condutor (a) **JOSÉ BARBOSA** e o **V2** de placa **QKV-3747** condutor (a) **JOÃO BOSCO CARDEAL**. Estas informações encontram-se arquivadas na Diretoria de Trânsito da SMTT de Aracaju.

O condutor do V2 foi atendido pelo Samu e foi encaminhado ao hospital. O Sr. João Abençoado Santos Cardenal ficou responsável pelo veículo.

  
**ALEXANDRE CARDOSO SILVA – Maj. QOPM**  
Coordenador Operacional de Trânsito da SMTT

  
**Everaldo LOPES da Silva**  
Supervisor de Trânsito da SMTT(AJ)  
Matrícula 501.179

Menu Principal → Alta Complexidade → Solicitar

## Central de Regulação



Nº Chave: 46916

## AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS

## Unidade Solicitante

**Nome**  
HOSPITAL SAO JOSE**CNES**  
0002275**Operador**  
7074AMANDA

## Unidade Executante

**Nome**  
HOSPITAL SAO JOSE  
**Logradouro**  
AV JOAO RIBEIRO, nº 846, bairro: SANTO ANTONIO  
**Profissional Executante**  
ANTONIO FERNANDO TAVARES SANTANA**CNES**  
0002275  
**Município**  
ARACAJU  
**Telefone**  
7921051000  
**Data e Hora do Atendimento**  
17/08/2018 13:00:00

## Dados do Usuário

**Nome do Usuário**  
JOAO BOSCO CARDEAL  
**CNS do Usuário**  
706.8002.6345.4823  
**Endereço**  
VINTE E TRÊS, S/N - Complemento: 0040SANTA MARIA, ARACAJU - SE - CEP: 49043-757  
**Data de Nascimento**  
11/06/1961  
**Sexo**  
MASCULINO  
**Idade**  
57**CPF**  
391.613.664-04  
**Telefone**  
99983-7964**Foto**

FOTO DO USUÁRIO

**Nome da Mãe**  
MARIA VICENCA DA SILVA  
**Nome do Pai**  
MANOEL CARDEAL SOBRINHO**UF de Nascimento**  
SE  
**Naturalidade**  
PAO DE ACUCAR

## Dados da Solicitação

**CNS do médico solicitante**  
204.3099.1910.0008  
**Diagnóstico inicial**  
DORSALGIA**Nome do médico solicitante**  
CARLOS MINORU SOYAMA KAKUDA**Procedimentos Solicitados**  
ELETROCARDIOGRAMA**Código**  
0211020036

CID: M54

**Quantidade**  
1

## Avisos

**\*\* Sem aviso a exibir \*\***

Senha pessoal para impressão de resultados na unidade de saúde mais próxima

## Senha

## Médico Solicitante

Assinado Eletronicamente por: CARLOS MINORU SOYAMA KAKUDA  
CRM: -----

Ficha impressa pelo operador 7074AMANDA em 15/08/2018 16:18:42

Paciente: \_\_\_\_\_

Nova Solicitação

[EXPORTAR CSV \(Google Sheets\)](#) [EXPORTAR CSV \(Microsoft Excel\)](#)

## **RELATÓRIO 01372 / 2018 REFERENTE À OCORRÊNCIA**

**NÚMERO: 1808030418 / ESUS – SAMU**

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **14h08min** do dia **03 de Agosto de 2018**, para atendimento de vítima identificada como **João Bosco Cardeal**, com relato de **colisão moto x caminhão**, no Bairro Centro, no município de Aracaju.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Aracaju** realizou atendimento no local, seguido de remoção para **Unidade de Pronto Atendimento Nestor Piva** do município de Aracaju, onde deixou o paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 03 de Outubro de 2018

  
**Dr. Tiemi Sayuri Menezes Oki Fontes**  
Gerência de Regulação Médica  
SAMU 192 Sergipe  
CRM/SE 4554

**Tiemi Sayuri Menezes Oki Fontes**

**Coordenadora Médica**

**SAMU 192 SERGIPE**



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 018022/2018

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 11/10/2018 11:09  
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Ato: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito  
Data/Hora do Fato: 03/08/2018 14:00

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)  
Logradouro: rua de Estância

Tipo do Local: Via Pública

Natureza

Meio(s) Empregado(s)

1223. Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)

Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOÃO BOSCO CARDEAL (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: AL - Pão de Açúcar Sexo: Masculino Nasc: 11/06/1961  
Profissão: Pedreiro  
Nome da Mãe: Maria Vicencia da Silva Nome do Pai: Manoel Cardeal Sobrinho

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 34225609  
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 391 613 664-04

Endereço

Município: Aracaju - SE  
Logradouro: Rua B23  
Complemento: Conjunto Valadares  
Bairro: Santa Maria  
Telefone: (79) 99911-4110 (Celular)

Nº 40

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

RELATO/HISTÓRICO

Relata a vítima/ comunicante que no dia, hora e local acima mencionados estava conduzindo sua motocicleta Bashan Jonny Hype 50, placa QKV 3747 quando foi atingido por veículo baú, placa HZS 8006. A vítima foi socorrida pelo SAMU e levada para o Hospital Nestor Piva, sendo submetido à cirurgia no Hospital São José. A vítima teve fraturas na perna e tornozelo direitos. A vítima anotou o telefone do motorista que conduzia o veículo baú, mas não está de posse no momento se comprometendo a informá-lo posteriormente. Diante do exposto pede providências.



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto  
Impresso por: Beria Rocha Barbosa Soares  
Data de Impressão: 11/10/2018 11:29  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia



# BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 018022/2018

## ASSINATURAS

Responsável pelo Atendimento

Berla Rocha Barbosa Soares  
Escrivão Policial Civil  
Escritório da COPCAI

João Bosco Cardeal  
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(s) único(s) responsável pelas informações acima assentadas e o(s) que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que de-  
origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

SEM VALIDADE

Paciente: \_\_\_\_\_

Relato Médico

Paciente Sr. Roberto Cardal, vítima  
de forte queda (D) em ago/2018,  
operado com placa e parafusos. Evolui  
bem, com sinais clínicos de consolidação,  
mas apresenta com dificuldade  
rotacional em rotas externas do membro  
inferior. Dificuldade de caráter permanente.

CID: S82.1 M21

Data: 05/02/19

Dr. Carlos M. Soyama Kakuda  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-SE 4789

Médico - CRM

Av. João Ribeiro, 846 – Santo Antônio – Telefax: (79) 2105-1000  
Aracaju - Sergipe



# HOSPITAL SÃO JOSÉ

## RECEITUÁRIO

Evolução com saúde!

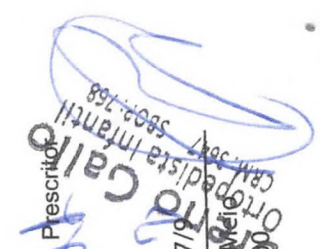


ARACAJU

SECRETARIA MUNICIPAL  
DA SAÚDE - SMS

Nome do paciente:

João Bosco Candor

h  
Diazona 500mg 20p  
20%  
Ovar, 1 cp de 61x  
x  
Nimesulida 100mg 10p  
Ovar, 1 cp de 111x  
Prescritor:   
CRM 3647  
Osteodista Infantil  
5809-168

Prescrever pelo nome genérico é legal - Lei nº 9.787/99

Rua Nely Correia de Andrade nº 50 - Bairro Coroa do Meio

Aracaju / Sergipe - CEP 49036-245 | (79) 3711-5000

www.aracaju.se.gov.br

Paciente:

João Bosco Candor

R  
Diazona 500mg 20p  
Uro: Se, 1 comprimido  
de 12/12h.

Hertz  
Dr. Hertz Tadeu  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM / SE 4394

Data:

17/8/18

Médico - CRM

Av. João Ribeiro, 846 - Santo Antônio - Telefax: (79) 2105-1000

Aracaju - Sergipe



# HOSPITAL SÃO JOSÉ RECEITUÁRIO

Evolução com saúde!

Paciente: JS pro Casvel

no inter

① Flordene 18 h 5  
18.15.00 7h

② Bardina 1 x 2 5 (am)

Dr. Carlos M.S. Kaldas  
Medicina  
CRM 4789

Data: / / /

Médico - CRM

Av. João Ribeiro, 846 - Santo Antônio - Telefax: (79) 2105-1000  
Aracaju - Sergipe



# HOSPITAL SÃO JOSÉ RECEITUÁRIO

Evolução com saúde!

Paciente: JS pro Casvel

no inter

① Flordene 18 h 5  
18.15.00 7h

② Bardina 1 x 2 5 (am)

Dr. Carlos M.S. Kaldas  
Medicina  
CRM 4789

Data: / / /

Médico - CRM

Av. João Ribeiro, 846 - Santo Antônio - Telefax: (79) 2105-1000  
Aracaju - Sergipe



Nome do paciente:

*Fernando Carlos*

*Dorivaldo de Souza*

*Dorivaldo de Souza*

*Prescrição - 100g - 100g*

*Prescrição - 100g - 100g*

Prescrever pelo nome genérico é legal - Lei nº 9.787/99  
 Rua Nely Correia de Andrade nº 50 - Bairro Coroa do Meio  
 Aracaju / Sergipe - CEP 49036-245 | (79) 3711-5000  
 www.aracaju.se.gov.br



**HOSPITAL SÃO JOSÉ**  
**RECEITUÁRIO**

**Evoluindo com saúde!**

Paciente: *Fernando Carlos*

*no intesto*

*D. G. L. de Souza*

*611-1111*  
*(0.00)*

Data: *20/09/18*

*Dr. Carlos M. Soyama Kakuwa*  
 Ortopedia e Traumatologia  
**Médico - CRM**  
 4789

**Av. João Ribeiro, 846 - Santo Antônio - Telefax: (79) 2105-1000**  
**Aracaju - Sergipe**



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940600164

**DATA:**

11/02/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940600164

**DATA:**

26/02/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição e, diante do interesse demonstrado pela parte autora, e com base no que dispõe o artigo 3º, §2º, do CPC, necessária a audiência de conciliação/mediação, nos termos do artigo 334, caput do CPC, através da CEJUSC. Assim, DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mas necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940600164 - Número Único: 0007968-47.2019.8.25.0001

Autor: JOAO BOSCO CARDEAL

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição e, diante do interesse demonstrado pela parte autora, e com base no que dispõe o **artigo 3º, §2º, do CPC, necessária a audiência de conciliação/mediação, nos termos do artigo 334, caput do CPC, através da CEJUSC. Assim, DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação** diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mas necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC.

Cite-se e intime-se a répara comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, caput inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como

termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC)** e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no **art.334, capute § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Aracaju, 11 de fevereiro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Dantas Brandão, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 26/02/2019, às 12:00:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000471063-59**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940600164

**DATA:**

01/03/2019

**MOVIMENTO:**

Audiência

**DESCRIÇÃO:**

Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 22/04/2019, às 08h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 07.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940600164

**DATA:**

01/03/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

CERTIFICO e dou fé que incluí este processo na pauta de audiências de conciliação do CEJUSC do dia 22/04/2019, no horário das 08:45h, bem como confeccionei carta de citação. CERTIFICO ainda que a parte requerente será intimada da audiência através do(a) respectivo(a) advogado(a) quando da publicação da sua data e horário no DJE.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940600164

**DATA:**

01/03/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de 201940601001 do tipo (NCPC) - Citação Procedimento ordinário Prazo 15 dias [TM4079,MD126]

{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito  
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N  
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju  
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal(Justiça Gratuita)



201940601001

PROCESSO: 201940600164 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0007968-47.2019.8.25.0001  
NATUREZA: Procedimento Comum  
REQUERENTE: JOAO BOSCO CARDEAL  
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A) e INTIMADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC); e 3) Comparecer à audiência de conciliação ou de mediação designada para o dia 22/04/2019 às 08:45:00 h, conforme art. 334 do CPC.

**Advertência:** O não comparecimento injustificado é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e serpa sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. No caso de revelia, será nomeado curador especial (art. 257. IV do CPC).

**Despacho:** [...]Cite-se e intime-se a répara comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência ? por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC).[...]

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

**Nome** : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DPVAT  
**Residência** : RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, 74  
**Bairro** : CENTRO  
**Cep** : 20010000  
**Cidade** : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ



Documento assinado eletronicamente por **Joana Darc Bruno Correia, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em **01/03/2019, às 11:48:57**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000514934-02**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940600164

**DATA:**

19/03/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201940601001, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**AVISO DE RECEBIMENTO**

**Digital**



**DESTINATÁRIO**

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DPVAT  
RUA SENADOR DANTAS n° 74, 5° ANDAR. CENTRO.

20010-000 - RIO DE JANEIRO - RJ

AR984667422SG



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro. 201940600164 e mandado nro. 201940601001

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1°            /            /             
2°            /            /             
3°            /            /           

**SEGURADORA LIDER**

Após a 3ª tentativa,  
de 1 MAR 2019, o objeto.

**MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**

- ☐ 5 Recusado  
☐ 6 Não procurado  
☐ 7 Ausente  
☐ 8 Falecido

**RUBRICA E MATRÍCULA DO**

**ARTEIRO**  
**Ana Cláudia**  
**Mat: 8.957.275**

ASSINATURA DO RECEBEDOR

**SANDRA CARNEIRO LOPES**  
**RG: 6.000.677.777**

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

N° DOC. DE IDENTIDADE

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA

**PRIMEIRO DE MARÇO**  
**1 MAR 2019**  
**JJ**